



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

PROCESSO AL _____/2019

MENSAGEM no. 65/GG, de 03 de dezembro de 2019,

PROJETO DE LEI nº 53, de 03 de dezembro de 2019 que:

Altera a Lei Complementar nº 13, de 3 de janeiro de 1994, a Lei Complementar nº 40, de 14 de julho de 2004, a Lei Complementar nº 41, de 14 de julho de 2004, a Lei nº 4.051, de 21 de maio de 1986, a Lei nº 5.378, de 10 de fevereiro de 2004, a Lei nº 6.764, de 14 de janeiro de 2016 e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA nº

Art. 01. A ementa do projeto de lei passa a ter a seguinte redação:

"Altera a Lei Complementar nº 13, de 3 de janeiro de 1994, a Lei Complementar nº 40, de 14 de julho de 2004, a Lei nº 4.051, de 21 de maio de 1986, a Lei nº 6.764, de 14 de janeiro de 2016 e dá outras providências."

Art. 02. Excluem-se os artigos 3º-A e 3º-B do art. 6º do projeto de lei.

Art. 03. Excluem-se os artigos 4º-A e 4º-B do art. 7º do projeto de lei.

Art. 04. Excluem-se os artigos 67, 68, 69 e 70 do art. 9º do projeto de lei.

Art. 05. Excluem-se os artigos 70-A, 70-B, 70-C, 70-D, 70-E, 70-F e 71-A do art. 10º do projeto de lei.

JUSTIFICATIVA

1 CONSIDERANDO que o Princípio da Simetria, insculpido no art. 25 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), impõe a obrigatoriedade de que a Constituição do Estado haja uma relação de paralelismo entre as disposições constitucionais destinadas à União e os demais entes federativos, sendo que os Estados, no exercício das suas competências, devem adotar os modelos normativos constitucionalmente adotados pela União;

2 CONSIDERANDO que a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019,

que alterou o sistema de previdência social e estabeleceu regras de transição e disposições transitórias, incluiu no inciso XXI, do Artigo 22 da CRFB/88, a competência privativa da União em legislar sobre a inatividade e pensões das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares;


3 CONSIDERANDO que, a partir da Emenda Constitucional de nº 18/98, os Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios, descritos no Artigo 42 da CRFB/88, não se enquadram como Servidores Públicos, mas sim em uma classe especial denominada "Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios", como bem assevera o artigo 42 da CF, inclusive ao designar-lhes lugar separado em Seção III, do Capítulo VII, do Título III da CRFB/88, tratando-os como "Dos Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios", alijando-os assim, do termo servidor público;

4 CONSIDERANDO que os Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, estão sujeitos à legislação própria e especial, como também aduz o §§ 1º e 2º do mesmo Artigo 42 da CRFB/88 e assim, aos militares, a própria CRFB/88 impôs regime especial e diferenciado do servidor civil, o que deve ser tratado sempre em legislação específica;

5 CONSIDERANDO que a Proposta de Emenda Constitucional nº 03, de 03 de dezembro de 2019, visa adequar o sistema previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Estado do Piauí à Emenda Constitucional nº 103/2019, adotando a Constituição Estadual os mesmos parâmetros e disposições constantes na Emenda Constitucional Federal retro mencionada;

6 CONSIDERANDO que a Nota Técnica SEI nº 12212/2019/ME, de 22 de novembro de 2019, expedida pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia analisou e categorizou as normas da reforma previdenciária promovida pela EC nº 103/2019, conforme a sua eficácia e aplicabilidade em face dos regimes próprios de previdência social dos entes subnacionais, o que tem relevância quanto aos limites e aos resultados da interpretação constitucional;

7 CONSIDERANDO que a referida Nota Técnica SEI nº 12212/2019/ME, de 22 de novembro de 2019, afirma que os Estados deverão adaptar suas leis específicas ao

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, a smaller one in the center, and a cursive signature on the right.

que vier a ser disposto em lei de caráter nacional da União sobre normas gerais de inatividades e pensões das polícias militares e corpos de bombeiros militares, sob pena de invalidade;

8 CONSIDERANDO que o Projeto de Lei nº 1645 de 2019, já aprovado na Câmara e no Senado Federal, apenas aguarda sanção presidencial, reestrutura o Sistema de Proteção Social das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, alterando o Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969, regulamentando em parte o Inciso XXI, do Artigo 22, da CRFB/88, não cabe, nesse momento, nenhuma outra proposta legislativa que modifique constitucional ou infra constitucionalmente a legislação relacionada aos Militares Estaduais, que afronte o conteúdo legal do Projeto de Lei nº 1645/2019;

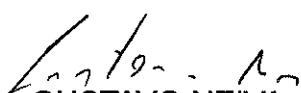
9 CONSIDERANDO que o Artigo 2º da PEC nº 03/2019, prevê que no §9º, do Artigo 52, do ADCT da Constituição Estadual, a necessidade de lei complementar federal para disciplinar a pensão por morte devida a dependentes militares no Estado viola frontalmente a previsão constitucional insculpida no Artigo 22, Inciso XXI da CRFB/88;

10 CONSIDERANDO que as alterações propostas distam da norma constitucional em vigor.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA em Teresina-PI, 11 de dezembro de 2019.


TERESA BRITTO
DEPUTADA ESTADUAL


LUCY SOARES
DEPUTADA ESTADUAL


GUSTAVO NEIVA
DEPUTADO ESTADUAL


MARDEN MENESES
DEPUTADO ESTADUAL